



Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado

Relatório de Actividades

X LEGISLATURA

2005 - 2009

Direcção de Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado (DSATS)

Divisão de Apoio ao Plenário (DAPLEN)

Divisão de Apoio às Comissões (DAC)

Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual (DRAA)

Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO)



Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado

Relatório da Legislatura

Introdução	3
1 Reforma do Parlamento	4
a. Processo legislativo	5
b. Comissões parlamentares	6
c. Canal Parlamento e DAR	8
d. Novas tecnologias	8
e. Bases de Dados	11
2 Presidência da União Europeia	13
3 Cooperação	15
4 Organização dos Serviços	16
a. Divisão de Apoio ao Plenário - DAPLEN	16
b. Divisão de Apoio às Comissões - DAC	17
c. Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual - DRAA	17
d. Unidade Técnica de Apoio Orçamental - UTAO	18



Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado

Relatório da Legislatura

Introdução

Um relatório de actividades da legislatura não pode ser exaustivo ou minucioso, nem pode ser a soma dos vários relatórios de actividade dos serviços que integram esta Direcção e que são anualmente aprovados. Optou-se, assim, por estruturar o Relatório pelas questões que condicionaram e ou reflectiram particularmente os projectos e a actividade desenvolvida pelos serviços que integram esta Direcção de Serviços. Excluíram-se igualmente mapas e dados relativos à actividade parlamentar, dado que integram os relatórios de actividades que a Assembleia da República anualmente elabora e divulga.

Esta legislatura foi particularmente exigente, pela duração, mas sobretudo por três acontecimentos que tiveram uma repercussão directa na actividade parlamentar e, consequentemente, no apoio que lhe é prestado:

- A Reforma do Parlamento;
- A Presidência Portuguesa da União Europeia e
- As obras no Hemiciclo.

Estes três acontecimentos repercutiram-se na nossa actividade, mas foram também e de alguma forma, o resultado dos nossos contributos e o espelho da nossa actividade.

A finalizar a legislatura e olhando retrospectivamente tudo o que foi feito, em muitos casos com escassos recursos humanos, é inevitável destacar a qualidade, a dedicação, o profissionalismo e o empenho da generalidade dos colegas que compõem esta direcção de serviços.



Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado

1. Reforma do Parlamento

A reforma do Parlamento, formalmente iniciada no início de 2007, e que se concluiu com a revisão de diversos instrumentos normativos e a aprovação do novo Regimento da Assembleia da República, implicou, quer durante a sua preparação, quer no momento de aplicação, um esforço redobrado dos serviços. Entre os eixos principais da reforma do Parlamento, importa destacar o reforço do papel fiscalizador da Assembleia da República, o reforço do papel das comissões parlamentares, sobretudo na área legislativa e da fiscalização da actividade do Governo, e o aumento da transparência, com a exigência de disponibilização de todos os documentos relativos à actividade parlamentar e dos Deputados, em tempo praticamente real.

A reforma do Parlamento teve implicações nos serviços, quer devido à necessidade de adaptação às novas regras procedimentais, quer como resultado das novas competências que lhes foram atribuídas, designadamente a exigência de elaboração das Notas Técnicas relativamente a cada iniciativa legislativa admitida e de republicação de diplomas. Estas novas competências representaram um desafio em particular por força da nova dinâmica que imprimiram aos serviços, obrigando a uma estreita articulação e cooperação entre serviços da DSATS – DAPLEN e DAC – bem como com serviços inseridos noutras unidades orgânicas, designadamente a DILP e a Biblioteca.

A elaboração de notas técnicas relativas às iniciativas admitidas, a republicação de parte dos diplomas aprovados, a disponibilização de mais informação, em tempo real, no site do Parlamento, a verificação da assiduidade dos Deputados às reuniões das Comissões Parlamentares e a existência de mais subséries do DAR são exemplos do acréscimo do trabalho a que os serviços tiveram de dar resposta mas que funcionaram também como um desafio de que conseguiram estar à altura.

Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado

a. Processo legislativo

O apoio prestado ao processo legislativo foi um dos vectores que mereceu a maior atenção por parte dos serviços da DSATS. Por despacho da Sr.^a. Secretária-Geral foi constituído um Grupo de Trabalho para elaborar o Guia de Boas Práticas Legislativas. O Grupo de Trabalho integrava trabalhadores desta Direcção de Serviços e dois colegas da DILP e era coordenado pela DSATS. O GT concluiu o seu trabalho no início de 2007 tendo apresentado medidas sobre as seguintes matérias:

- Notas de admissibilidade das iniciativas legislativas;
- Legística;
- Audição e Discussão Pública e
- Acessibilidade da legislação.

Este trabalho terá porventura contribuído para algumas das alterações ao Regimento mas a sua maior valia foi a de ter criado, a nível dos serviços, um espaço de reflexão e de partilha de experiências que permitiram um trabalho mais articulado, estruturado e coerente ao longo da legislatura. Na sequência deste trabalho foi depois editado um “Manual de Legística para elaboração dos actos normativos parlamentares” que foi disponibilizado aos serviços e aos grupos parlamentares e encontra-se em preparação o “Manual de boas práticas da consulta pública”.

Desde a entrada em vigor do novo Regimento até ao final da legislatura, os serviços elaboraram cerca de 500 notas técnicas sobre o mesmo número de iniciativas. De todos os itens previstos, apenas a parte dos encargos não está a ser cumprida, tendo sido feito um estudo comparado sobre a prática parlamentar nesta matéria e estando em preparação a organização de um Seminário, ainda na presente legislatura e a definição de regras para o seu cumprimento na próxima legislatura. A coincidir com o final da Legislatura, foi elaborado



Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado

um questionário que foi distribuído a Deputados e assessores dos grupos parlamentares sobre a Nota Técnica para analisar o que é que pode ser melhorado ou, no entender dos seus destinatários, é supérfluo ou deve ser aprofundado.

O alargamento das leis objecto de republicação de que, nos termos da lei formulário revista, foi incumbida a Assembleia da República, levou a um esforço acrescido e, nalguns casos com eficácia duvidosa, impondo-se por isso uma reflexão sobre a sua adequação à realidade actual e às possibilidades abertas pelo Diário da República electrónico.

De referir ainda a redacção final dos diplomas que representou um espaço de importância crescente de intervenção dos serviços, com um aumento de confiança nas propostas apresentadas e na sua consequente aceitação.

Nesta matéria privilegiou-se ainda um conjunto de pequenas acções de formação internas ou em articulação com outras entidades, designadamente a PCM, sobre a questão da qualidade da legislação e fomentou-se a participação de técnicos nos diferentes cursos de legística, tendo-se acordado e assinado em 2009, Protocolo com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa permitindo a frequência do curso de pós-graduação em legística por 6 técnicos parlamentares.

b. Comissões parlamentares

A reforma do Regimento da Assembleia da República, em conjunto com a alteração do elenco das comissões, que teve lugar em Outubro de 2007, impôs múltiplas alterações ao funcionamento das comissões parlamentares e às bases de dados internas que servem de suporte à actividade destas.



Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado

Para além disso, as novas comissões tiveram que aprovar também novos regulamentos em consonância com a revisão do RAR, nomeadamente com a nova forma de composição das comissões (com deputados efectivos e suplentes), alteração do elenco com redistribuição de competências; registo de faltas e presenças dos deputados em reunião de comissão; alteração dos prazos regimentais em sede de processo legislativo e reforço do papel das comissões na mesma sede.

Foi ainda criado um sistema de controlo das audições parlamentares realizadas em comissão ao abrigo da utilização de direitos potestativos pelos Grupos Parlamentares nos termos do disposto no Regimento da Assembleia da República.

As comissões passaram também a ter de apresentar no final de cada sessão legislativa proposta de plano de actividades, acompanhada da respectiva proposta de orçamento para a sessão legislativa seguinte, que submetem ao Presidente da Assembleia da República, tendo, em consequência, as propostas de actividades ou eventos de serem previamente informados e verificado o seu cabimento orçamental.

O aumento do número de reuniões coincidiu com o acréscimo significativo do número de eventos organizados pelas comissões. As comissões parlamentares apostaram de forma vinculada na abertura ao cidadão e à sociedade civil, tendo organizado diversos colóquios, conferências e audições públicas no âmbito da sua competência específica, que permitiram, por um lado, dar maior visibilidade ao trabalho das comissões e, por outro, chamar à Assembleia da República interessados e especialistas nas várias áreas cujos contributos são fundamentais para o trabalho parlamentar.

Estes dados revelam uma maior aproximação da AR ao cidadão e à sociedade civil, bem como a importância que é dada aos contributos destes no âmbito do trabalho das comissões parlamentares, tendência que tem vindo sempre a acentuar-se ao longo dos últimos anos.

Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado

c. DAR

Com a reforma do parlamento (Resolução n.º 35/2007, de 20 de Agosto – Regime de edição e publicação do Diário da Assembleia da República) alargou-se o número de subséries do Diário da Assembleia da República, com vista a uma melhor organização e sistematização temática, em função do processo legislativo e da enorme variedade de documentos a publicar. Assim, de três subséries (A, B e C), os documentos a publicar passaram a ser editados em cinco subséries (A, B, C, D e E).

Prosseguiu o esforço de otimizar o tempo de edição da 1.ª Série do DAR na Internet, entre as 48 e 72 horas seguintes à realização da sessão plenária. Embora a transcrição das sessões plenárias esteja concluída no próprio dia, o prazo de edição sofre também os efeitos do incumprimento de preceitos do Regimento (entrega de declarações de voto por escrito – n.º 3 do artigo 87.º) e da Resolução n.º 35/2007, de 20 de Agosto (revisão dos textos pelos Deputados - n.º 2 do artigo 4.º).

Iniciou-se o projecto de ligação do DAR, através de hiperligações, a alguns dos domínios da base do PLC (iniciativas legislativas, biografia dos Deputados e base do OE da AR).

d. Novas tecnologias

Avançou-se na presente legislatura com a aquisição de um software específico para gravação digital das reuniões plenárias e das comissões que permita a disponibilização on-

Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado

line, arquivo e pesquisa do registo áudio. O sistema entrará em funcionamento na próxima legislatura.

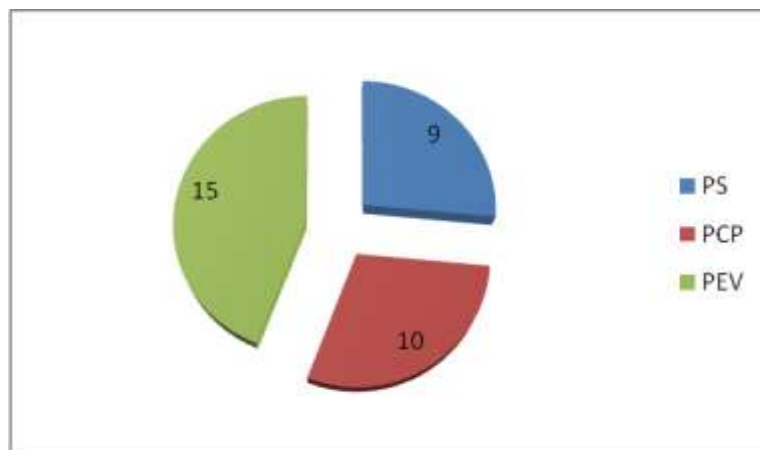
Quanto à votação electrónica fez-se uma monitorização do sistema durante as 2ª e 3ª sessões legislativas e, na sequência das obras no Hemiciclo adjudicou-se um novo sistema operado a partir de cada computador e com recurso ao cartão do Deputado – que reúne várias valências.

Em articulação com o CINF e tendo presente o Guia das Boas Práticas sobre os Requerimentos e Perguntas dos Deputados, foi desenvolvido um *workflow*, para envio electrónico das perguntas e requerimentos ao Governo e recepção das respostas que foi utilizado experimentalmente na 4ª sessão legislativa, tendo-se verificado a fidelização por parte dos seus utilizadores e, em consequência da sua utilização, introduziram-se aperfeiçoamentos e melhorias propostas pelos utilizadores. Como fase intermédia e antes da implementação plena e exclusiva deste sistema, procedeu-se à criação de formulários e à digitalização de todos os requerimentos e perguntas entregues, permitindo a sua disponibilização na Internet quase imediata, bem como a produção automática de relatório mensal com indicação de toda as perguntas e requerimentos não respondidos no prazo de 30 dias.

Workflow de Requerimento/Perguntas | 2009

	X Legislatura
Requerimentos	5
Perguntas	29
Total	34

Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado



Na sequência do Protocolo assinado entre os Órgãos de Soberania, acompanhou-se o processo de implementação da REDELEX, tendo-se procedido à revisão completa do Roteiro e do Guia de Utilização da Aplicação e participado activamente durante a fase experimental¹ e manifestado disponibilidade para avançar para a segunda fase.

Relativamente ao Canal Parlamento, procedeu-se à abertura do concurso público internacional para instalação nas salas 8 e 9 das Comissões Parlamentares de equipamento de televisão de qualidade *broadcast* e de renovação do equipamento da sala 7 e à aquisição de equipamento para rede interna de montagem *on line*. Procedeu-se à aquisição de equipamento para ligação em fibra óptica da Sala do Senado aos estúdios dos operadores de televisão (RTP, SIC e TVI) situados no 4.º piso. Fez-se a adaptação dos espaços actualmente ocupados pelo Canal Parlamento, no sentido de harmonizar o espaço com o projecto atrás referido.

¹ Estava previsto que o processo teria duas fases experimentais, a primeira com o envio entre as entidades de diplomas já aprovados e, numa segunda fase, com o envio simultâneo pelo sistema e em papel.



Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado

Concluiu-se o processo de aquisição do protótipo, do *lay out* e do equipamento para um sistema de informação dinâmica em painéis LCD em diversos espaços da Assembleia da República.

No âmbito do processo das obras do Plenário colocaram-se painéis de projecção e projectores no Hemiciclo permitindo que os Deputados e membros do Governo possam fazer projecções para suporte das suas intervenções.

Participou-se ainda no processo de unificação do cartão de Deputado que passou a integrar quatro componentes: identificação, assinatura electrónica, votação e registo de presença nas reuniões plenárias.

e. Bases de dados

As funcionalidades das Bases de Dados internas foram melhoradas: GODE (Gestão dos Órgãos e Deputados Eleitos) e PLC (actividade parlamentar), tendo sido alterado o ecrã de pesquisa na GODE e descentralizado o carregamento do PLC por comissão. Procedeu-se à revisão do registo biográfico dos Deputados, em colaboração com a Divisão de Gestão Financeira, desde a Assembleia Constituinte até à V Legislatura, dado que após aquela data os dados já haviam sido revistos.

Para além dos dados do processo legislativo e das petições, cada comissão passou também a carregar no PLC todos os eventos (seminários, colóquios, visitas e demais eventos), que passaram a ter ligação com a actividade de cada Deputado, disponível no *website* da Assembleia. Deste modo, a actividade do Deputado tem uma dinâmica permanente e o carregamento de conteúdos é escrutinado pelos próprios Deputados. A quase totalidade das



Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado

comissões passou a inserir regularmente conteúdos nas páginas das comissões e a dinamizar *fora* electrónicos.

Em 2008 foi criado um ficheiro no portal das Comissões Parlamentares que contém o áudio de todas as reuniões cuja gravação é solicitada, de modo a permitir a audição ou cópia directa das referidas gravações, sendo depois esses conteúdos colocados, por cada comissão, na respectiva página da Internet.

Em articulação com o CINF, foi desenvolvida uma base de dados para o debate do Orçamento do Estado, composta por três módulos: um módulo de gestão de informação, onde os serviços credenciados introduzem/alteram a informação e procedem à emissão de relatórios, um módulo designado de IPA (módulo que permite a introdução, pelos Grupos Parlamentares/Deputados, das propostas de alteração, directamente no sistema informático) e um módulo de consulta disponível para todos os utilizadores da rede informática da AR e, através do site do Parlamento, para os utilizadores da rede internet.

Desde 2006, participou-se activamente no projecto IPEX ², mantendo actualizadas as suas páginas de escrutínio, participando no Conselho IPEX desde o início de 2007 e, desde 2008, no projecto XML (em que um grupo - piloto de Parlamentos nacionais se encontra a testar uma forma de migração dos dados de escrutínio automaticamente, de forma a que a actualização dos dados possa ocorrer de forma automática e em tempo real).

Ao longo do último ano da X Legislatura foi-se procedendo à concepção de uma base de dados de iniciativas europeias, para suporte da tramitação informatizada do escrutínio

² Em Junho de 2006 foi inaugurado o IPEX. Trata-se de uma plataforma para o intercâmbio electrónico de informações sobre o escrutínio parlamentar das matérias da UE, na qual participam os Parlamentos nacionais da União Europeia e dos países candidatos à adesão, bem como o Parlamento Europeu.

Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado

sistemático dos assuntos europeus que permitirá reunir a documentação europeia recebida na AR num sítio único, acessível *on line*. No que concerne à actividade europeia das comissões e dos deputados, a base dados, com ligação ao PLC, permitirá que os relatórios e pareceres elaborados (quer na Comissão de Assuntos Europeus, quer nas restantes comissões) sejam registados na actividade das comissões e dos deputados, disponíveis no sítio da Assembleia da República, à semelhança do que ocorre em relação às iniciativas nacionais. A base de iniciativas europeias possibilitará, ainda, a actualização da informação do IPEX em tempo real, através do sistema XML, promovendo a cooperação interparlamentar com os restantes Parlamentos nacionais da UE, nomeadamente no que concerne ao controlo do princípio da subsidiariedade no quadro da eventual entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

2. Presidência da União Europeia

O segundo semestre de 2007 foi dominado pela vertente parlamentar da Presidência Portuguesa da União Europeia, tendo cabido às comissões parlamentares organizar 4 reuniões de Presidentes de Comissões homólogas, a reunião de Presidentes preparatória da COSAC (Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos Comunitários) e a própria COSAC, de acordo com o seguinte calendário:

Reuniões	Datas 2007	Temas
Reunião dos Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus	9/10 Julho	Reunião Preparatória da Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos Comunitários (COSAC)
Reunião dos Presidentes das Comissões de Justiça e Assuntos Internos	9/10 Setembro	Justiça e Assuntos Internos
Reunião dos Presidentes das Comissões de Defesa Nacional	30/ Setembro e 1/ Outubro	Segurança e Defesa

Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado

Reunião dos Presidentes das Comissões de Negócios Estrangeiros	8/9 de Outubro	Cooperação para o Desenvolvimento e Relações com África
XXXVIII Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos Comunitários (COSAC)	15 a 16 de Outubro	Presidência Portuguesa/Europa dos Direitos e dos Resultados/Dimensão Euro-Mediterrânica da UE/CIG
Reunião dos Presidentes das Comissões de Orçamento e Finanças	5/6 Novembro	Recursos Próprios e Financiamento de Políticas da UE

Para além do Encontro Interparlamentar Europa/África (Reunião entre o PE, o Parlamento Pan-Africano, o Presidente do Parlamento do Gana, na qualidade de Presidente em exercício da União Africana, e os Parlamentos da Troika Presidencial da UE), que decorreu na AR, a 7 de Dezembro de 2007, foram ainda co-organizados pelas comissões, no Parlamento Europeu, em Bruxelas, três outros Encontros Interparlamentares:

- Encontro sobre Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (Imigração) - 26 e 27 de Novembro 2007 – co-organizado pela 1ª Comissão e pela sua congénere no PE (Comissão LIBE - Liberdades Civas, Justiça e Assuntos Internos);
- 4.º Encontro Interparlamentar sobre o Futuro da Europa - 3/4 Dezembro, 2007;
- Encontro sobre Educação e Formação - em 18 e 19 de Dezembro, 2007 - co-organizado pelas Comissões de Educação e Ciência e de Ética, Sociedade e Cultura da AR e pela Comissão congénere no PE (Comissão CULT - Cultura e Educação).

No quadro da dimensão parlamentar da Presidência Portuguesa da União Europeia, no segundo semestre de 2007, a AR esteve representada – pela primeira vez - junto da troika Presidencial do Secretariado da COSAC (Conferência das Comissões de Assuntos Europeus), no PE, em Bruxelas, entre 1 de Janeiro de 2007 e 30 de Junho de 2008. Esta representação permitiu a articulação com as Instituições da UE, em particular com o PE, durante a Presidência, bem como demonstrar a importância da presença permanente de um funcionário da AR em Bruxelas. Posteriormente foi aprovado o Regulamento do



Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado

Representante Permanente da Assembleia da República (Antena) e procedeu-se ao seu recrutamento e selecção.³

3. Cooperação

A DSATS participou activamente num conjunto de actividades de cooperação, que passaram pela participação nos Cursos de Formação Interparlamentar, na organização do primeiro I Encontro Parlamentar de Quadros de Apoio ao Processo Legislativo que envolveu participantes dos vários parlamentos de língua portuguesa, bem como num conjunto de acções e seminários organizados neste âmbito, na Assembleia da República.

O programa de cooperação com a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (ANSTP) teve avanços significativos tendo sido contratado o segundo Consultor para o Projecto I – Apoio ao Processo Legislativo, na sequência de um processo público de recrutamento e selecção. Foi feita uma missão de diagnóstico no âmbito do projecto relativo ao canal Parlamento e à colocação de equipamento de som. Uma outra missão deslocou-se à ANSTP para elaboração do caderno de encargos com vista à aquisição de uma base de dados do processo legislativo, envolvendo trabalhadores da DSATS, DSDIC e CINF. Finalmente, realizou-se um Curso de Feitura das leis para Deputados e funcionários em que participaram como formadores dois deputados da ARP e a Chefe da DAC

³ A Dr^a. Teresa Paulo, assessora da CAE foi seleccionada, tendo iniciado o desempenho das suas funções em Outubro de 2008.



Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado

Na sequência de uma missão à Assembleia da República de Moçambique foi assinado programa de cooperação parlamentar entre os dois Parlamentos, 2008-2010 e posteriormente, já em 2009, foi assinado programa de cooperação igualmente com a Assembleia Nacional de Cabo Verde.

Foram recebidos estagiários destes parlamentos nos diversos serviços da DSATS para estágios *on job*.

4. Organização dos serviços

A capacidade de corresponder e cumprir as competências atribuídas aos diversos serviços depende em primeira linha dos recursos humanos que lhe são afectos e da correspondente capacidade, quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos. Não pode por isso concluir-se um relatório de actividade sem que, ainda que de forma abreviada fazer uma referência a esta condicionante.

Importa referir que se privilegiou o trabalho articulado e em cooperação com os vários serviços desta Direcção de Serviços bem como com serviços integrados noutras unidades orgânicas como forma de criar sinergias e melhorar a *performance*.

a. Divisão de Apoio ao Plenário - DAPLEN

A DAPLEN é um serviço com número reduzido de técnicos e com capacidade de crescimento reduzida dado as condicionantes de espaço de que dispõe. O reduzido número de salas e a distribuição de pessoas por sala afecta também a respectiva produtividade, pelo que deverão ser reequacionadas na próxima legislatura estas duas questões.

Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado

Independentemente desta limitação a DAPLEN correspondeu ao esforço exigido resultante das alterações com que foi confrontada e que implicaram, em muitas matérias, um acréscimo de trabalho ou uma alteração profunda na forma de trabalhar.

b. Divisão de Apoio às Comissões - DAC

A DAC foi um serviço que cresceu significativamente na presente legislatura. Para além disso, a partir da 2ª sessão legislativa, foi alterada a organização do serviço pois em vez de se manter a separação entre técnicos e secretários, optou-se por juntar no mesmo espaço, o staff de apoio a cada comissão. Esta alteração obrigou a uma grande adaptação por parte dos trabalhadores mas permitiu uma simplificação do trabalho e dos arquivos de cada comissão e simplificou o relacionamento com o respectivo Presidente e os Deputados.

c. Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual DRAA

A DRAA tem uma carência significativa de recursos humanos quer na área da Redacção quer na área do canal Parlamento. Esta situação agravou-se ainda na presente legislatura em resultado da diminuição do número de pessoas afectas bem como do acréscimo significativo de trabalho nas duas valências.

A opção de outsourcing tem sido a adoptada em algumas situações, mas tem alguns efeitos negativos designadamente o da perda de controlo sobre os respectivos processos.

Na próxima legislatura esta questão terá de ser objecto de análise, bem como o apoio que crescentemente tem sido solicitado a algumas actividades. A solução recentemente adjudicada de gravação áudio, permitindo a disponibilização do registo áudio, poderá



Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado

apresentar-se como alternativa à transcrição de reuniões e audições organizadas pelas comissões, libertando os serviços para outras funções

d. Unidade Técnica de Apoio Orçamental UTAO

2006 foi o primeiro ano de funcionamento da UTAO, implicando ajustamentos a nível da articulação com a Comissão de Orçamento e Finanças, com a DSATS e colegas inseridos nesta unidade orgânica e ainda dentro da própria unidade. Dos três Técnicos recrutados, dois apresentaram sua demissão em 2007 e 2008, obrigando a nova abertura de concurso e ao recrutamento de mais um Técnico. A pedido do Presidente da COF a DSATS enviou contributos para a avaliação desta unidade orgânica tendo sugerido que se poderia prever, em alternativa à solução actual, a integração na Divisão de Apoio às Comissões embora mantendo o perfil de Unidade e a revisão do ponto que prevê a existência de um Regulamento.